

Supremo mira possível novo orçamento secreto, com “Emendas de Liderança”

Levantamento feito pela Transparência Brasil mostra como acontece esquema

Por **Beatriz Matos**

O bloqueio de R\$ 6,15 milhões em bens do ex-deputado Eduardo Cunha (Republicanos-MG), determinado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino reforça uma frente de investigação que vai além de um caso isolado.

As apurações do Supremo Tribunal Federal (STF) apontam para um suposto mecanismo que teria permitido a pessoas sem mandato influenciar a destinação de emendas parlamentares, justamente após as decisões da Corte para aumentar a transparência e acabar com o chamado orçamento secreto. As operações no fim de semana tiveram dois alvos específicos: o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha.

EMENDAS DE LIDERANÇA

As duas investigações surgem em meio a um alerta feito pela Transparência Brasil, ao qual o Correio da Manhã teve acesso. Em relatório, a organização aponta que as chamadas “emendas de liderança” reproduzem parte da lógica do antigo orçamento secreto ao ocultarem quem realmente escolheu o destino dos recursos.



Eduardo Cunha teve R\$ 6 milhões bloqueados por Dino por indicação irregular de emendas parlamentares

O levantamento mostra que, somente em 2025, esse mecanismo movimentou R\$ 1,3 bilhão, o equivalente a 16% de todas as emendas de comissão da Câmara. Entre os partidos que mais utilizaram o modelo estão PP, União Brasil, Republicanos, PL, Avante, Podemos e Solidariedade.

Em 2026, segundo o estudo, o PT também passou a adotar esse tipo de indicação. Para a Transparência Brasil, a ausência da identificação nominal do autor faz com que essas emendas reproduzam

parte da lógica do antigo orçamento secreto, justamente por impedir a rastreabilidade de quem decidiu a destinação do dinheiro público. O estudo afirma que o modelo compromete a rastreabilidade exigida pelo STF e recomenda sua extinção até que todas as indicações passem a identificar seus autores.

Segundo a Polícia Federal (PF), Eduardo Cunha teria participado da indicação de ao menos 29 emendas parlamentares, que somam R\$ 6,15 milhões, mesmo estando

fora da Câmara desde 2016. A investigação sustenta que ele contava com a atuação de servidores da Casa para operacionalizar alterações nas indicações, criando um “arranjo decisório paralelo” para definir o destino de recursos públicos. A decisão cita, entre elas, a servidora Mariângela Fialek, apontada como responsável por organizar e encaminhar as indicações, enquanto parlamentares apareciam formalmente como autores das emendas.

A investigação afirma que

ele articulava a destinação de recursos para municípios de Minas Gerais, discutindo alterações em cidades como Manhuaçu, Matias Barbosa, Pedrinópolis e Varjão de Minas. Em mensagens apreendidas, o ex-deputado chega a tratar as emendas em primeira pessoa e envia uma planilha intitulada “Minas lista 2”, com cerca de R\$ 5 milhões destinados a municípios do estado. Para a PF, os diálogos reforçam a suspeita de que Cunha atuava como se ainda exercesse mandato parlamentar.

O caso de Eduardo Cunha não é o único sob análise do STF. Em outra investigação, também conduzida por Flávio Dino, a Polícia Federal aponta que o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, teria exercido influência sobre a destinação de emendas parlamentares mesmo sem ocupar cargo eletivo.

Valdemar negou que tivesse uma “cota” própria de emendas e afirmou que apenas encaminhava pedidos de prefeitos à liderança do partido. Em nota, a defesa de Eduardo Cunha afirmou que o ex-deputado tomou conhecimento da decisão pela imprensa e sustentou que ele nunca apresentou ou formalizou emendas parlamentares.

PEC do fim da 6x1 fica para o segundo semestre

Por **Gabriela Gallo**

A Proposta de Emenda à Constituição que reduz a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais e determina o fim da escala 6x1 para trabalhadores de carteira assinada (PEC 221/2019) ficará para o segundo semestre, segundo o líder do governo no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (PT-AP), em entrevista à imprensa nesta segunda-feira (13).

O líder do governo no Congresso informou que os líderes do Senado devem definir sobre o andamento da medida até esta quarta-feira (15), mas o tema de fato deverá começar a ser discutido no Senado Federal depois do recesso parlamentar, que ocorrerá

de 18 de julho a 31 de julho. A informação fora adiantada na coluna Tales Faria, do Correio da Manhã, pela líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE).

“Não descarto nós [senadores] votarmos a PEC do fim da escala 6x1 ainda em agosto. Mesmo no período das eleições, o senado vai funcionar em esforços concentrados”, disse Randolfe Rodrigues, que também declarou estar “otimista de que ao menos algum despacho sobre o fim da escala 6x1” seja definido na reunião desta quarta-feira. Ele ainda completou que o governo ser articulará para tentar votar a PEC da Segurança Pública também em agosto.

Para a imprensa, Randolfe Rodrigues ainda informou que a Medida Provisó-

ria que endurece as regras e a fiscalização do piso mínimo do transporte rodoviário de cargas (MP 1343/2026) tem condições de ser votada no plenário do Senado nesta terça-feira (14). O comunicado do líder veio após caminhoneiros ameaçarem realizar uma nova paralisação nesta semana caso o poder Legislativo não votar a medida, que caduca nesta quinta-feira (16).

A MP estabelece a obrigatoriedade de cadastramento das operações de transporte rodoviário de cargas e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT) e determina medidas para garantir o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.



Randolfe espera aprovar o fim da 6x1 no início de agosto

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO